

Extracto obtido do texto publicado em:

GOLPADA EM GRANDE NEGÓCIOS

[...] O Estado era maioritário. O BCP cometeu vários erros processuais, mas não eram necessários. Eduardo Catroga resolveu o assunto: não autorizava a OPA. O primeiro ataque à instituição que era agora presidida por João Oliveira (que tinha sido ultrapassado na luta por esse cargo pelo próprio Jardim Gonçalves uma década e meia antes) não resultou. O BCP voltou à carga. Meses depois, já com a lição mais bem estudada, com um preço mais atractivo e com o "sim" do Governo, lança nova OPA. Esta segunda tentativa mereceu a oposição de um dos accionistas privados, que dava pelo nome de Belmiro de Azevedo. Na primeira fase de privatização, o patrão da Sonae tinha comprado, através da sua holding pessoal, uma posição no BPA que lhe garantia a maior participação individual na estrutura accionista. Conseguiu juntar mais um grupo de accionistas para combater a OPA, mas não foi suficiente. Perdeu esta batalha. Belmiro 'vs' Pinto Magalhães Foi, no entanto, com as acções do BPA que garantiu o reforço na Sonae. Belmiro de Azevedo vendeu essas acções, que estavam na sua carteira pessoal, à Sonae, ficando com liquidez para acorrer a um aumento de capital de 15 milhões de contos que pretendia realizar na Sonae. Esse aumento de capital foi suspenso por duas vezes, por intervenção de accionistas minoritários que o consideraram abuso de poder, com prejuízo para esses mesmos minoritários. A contestação chega da família Pinto de Magalhães, aquela cujo patriarca entregou a gestão da Sonae a Belmiro de Azevedo e lhe doou acções que lhe garantiram uma posição de 16% naquele que acabou por ser o início da tomada de controlo da Sonae. Depois da morte do banqueiro Afonso Pinto de Magalhães, Belmiro tenta comprar a posição da família, não consegue, mas garante um acordo que lhe dá a paridade no capital social. Depois aconteceu o episódio do aumento de capital, que Belmiro queria realizar a um valor superior à cotação no mercado, o que inibiria os outros accionistas de acorrerem a esse aumento, diz quem conheceu o processo. As relações com a família, em particular com as filhas de Afonso Pinto de Magalhães e com os genros, não eram das melhores. Piorou com a acção em tribunal que acabou por ser resolvida por um acordo entre as partes, em 1992. Belmiro de Azevedo afastava em definitivo a família Pinto de Magalhães da esfera de decisão da Sonae. De acordo com Filipe Fernandes, no livro sobre os empresários do século XX, "desde os anos 80 que as relações com a família Pinto de Magalhães passaram a ficar turvadas, apesar de, até 1993, os contactos com Carolina Pinto de Magalhães, a viúva do banqueiro, terem sido de bons amigos". *Champalimaud cobiça BPA*